enepea desafios 11º

11º Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campo Grande , MS 29/out a 02/nov 2012

JARDINS HISTÓRICOS EM NATAL: DESAFIOS PARA A PESQUISA

Paulo José Lisboa Nobre (1)

(1) Professor de Paisagismo – CAU/UFRN, Doutor em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPGAU/UFRN. Pesquisador do Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo /HCUrb-UFRN e da Rede de Pesquisa Jardins de Burle Marx no Nordeste/Laboratório da Paisagem-UFPE. paulonobre@ufrnet.br; nobre.p@gmail.com.

RESUMO

No campo das pesquisas sobre a evolução do paisagismo no Brasil e a preservação dos jardins históricos, há uma profusão de estudos em evidência que contribuem para a construção do aporte teórico da disciplina, assim como propiciam avanços no que concerne ao estudo do espaço público urbano e ao entendimento da paisagem como um patrimônio cultural, constantemente ameaçado em nossas cidades. O estudo dos Jardins Históricos de Natal enfrenta desafios diante do estado de degradação desses espaços, que negam o passado e a cultura local. O artigo chama a atenção para a necessidade de manter nos jardins públicos as suas várias idades, adquiridas ao longo do tempo. Reporta-se à Carta de Florença (ICOMOS – International Council on Munuments and Sities), documento que rege o tombamento e a conservação dos Jardins Históricos, definindo-os como objetos artísticos e assegurando sua preservação. O artigo é parte de uma pesquisa em andamento, que procura identificar os Jardins Históricos na cidade de Natal – a partir de fontes documentais e iconográficas – e tem como principais objetivos: propor tombamentos, ressaltar a importância desses logradouros no cotidiano da cidade e reconstituir o passado através da realidade virtual. Como resultado parcial é apresentado o caso da Praça Augusto Severo.

Palavras-Chave: Jardins Históricos, Reconstituição Histórico-Espacial, Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

The researches improve the studies of public spaces and increase the recognition of landscape as a cultural patrimony, usually in jeopardy. The study of Historical Gardens of Natal/Brazil has a sort of difficulties caused by the state of degradation, which denies past and culture. The article draws attention to the need to maintain public gardens in their various ages, acquired over time. Thus, it refers to the Charter of Florence (ICOMOS - International Council on Munuments and Sites), which governs the toppling and conservation of historic gardens, defining them as art objects and ensuring its preservation. The article is part of an ongoing search, which seeks to identify the historic gardens in the city of Natal - from documentary sources and iconographic - and has as main objectives: propose toppling, emphasizing the importance of these designations in the daily lives of the city and rebuild the passed through the virtual reality. As a partial result is presented the case of Augusto Severo Square.

Keywords: Historical Gardens, Historic-Spatial Reconstitution, Cultural Patrimony.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento, desenvolvida desde 2008 no âmbito das disciplinas "Planejamento da Paisagem" e "Paisagem Cultural e Jardins Históricos", lecionadas pelo autor no Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Inicialmente foi realizado um Inventário Preliminar dos Jardins Históricos de Natal, mais especificamente daqueles que reúnem características para serem reconhecidos como tal e tratados de acordo com os princípios da Carta de Florença. Assim, foram identificados os oito (08) jardins públicos abaixo relacionados e identificados no mapa apresentado a seguir.

Figura 1: Mapa de Localização dos Jardins Históricos de Natal/RN

Fonte: Elaboração Própria

Algumas dificuldades se impõem ao estudo dos jardins históricos de Natal, uma vez que as alterações morfológicas e de uso, nesses espaços, se deram de forma profunda e brutal ao longo do século XX. Além disso, verifica-se uma enorme carência de registros gráficos, restritos praticamente a algumas fotos e mapas, nem sempre de boa qualidade gráfica e em lamentável estado de conservação.

Tal característica tem obrigado os pesquisadores a desempenharem a função de arqueólogos, resultando em esforços que podem ser enquadrados no campo da Arqueologia da Paisagem. Ao contrário do que ocorre em outras cidades brasileiras, pouco resta do mobiliário, do desenho dos pisos e dos canteiros originais. Dessa forma, se faz necessário recorrer às descrições literárias, que afortunadamente são muitas.

1. O JARDIM COMO OBJETO DE ESTUDO

O estudo da paisagem possibilita desdobramentos diversos, entre os quais a pesquisa histórica, em suas diferentes abordagens. No Brasil, autores diversos têm desenvolvido estudos no âmbito da história do paisagismo e dos jardins históricos. O debate é amplo e envolve questões específicas, como a busca por definições conceituais. De acordo com Franco (1997), o estudo acadêmico da história do paisagismo se constitui em um dos fatores responsáveis pela fase atual da disciplina, na qual "a pesquisa histórica foi capital para dar credibilidade e auto-estima ao exercício do paisagismo". Para Roberto Burle Marx, maior paisagista brasileiro, o jardim é a adequação do meio ecológico às exigências naturais da civilização, transformar a natureza para dar plenamente lugar à existência humana (LEENHARDT, 1996). De maneira mais formal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (1999) define:

> O que distingue um jardim da natureza espontânea é a ordem que lhe confere o homem, ordem decorrente da ação física sobre o sítio e também do conhecimento do homem sobre esse sítio. A natureza, sem o processo humano de organização, é caótica e incompreensível para o ser humano (IPHAN, 1999).

Uma das dificuldades para o estudo dos Jardins Históricos, no âmbito da preservação da paisagem urbana, se constitui na grande diversidade de termos aplicados ao espaço livre público urbano[i]. Nas pesquisas históricas, é importante conceituar e definir, a exemplo dos jardins públicos, confundidos com praças e logradouros ou caracterizados simplesmente como "áreas verdes" ou "áreas livres", o que dificulta a abordagem paisagística. A dicotomia entre praça e jardim foi explorada por Hugo Segawa (1997) ao afirmar:

> Praça pública e jardim público abrigaram dos séculos XVI ao XVIII a convivência dos opostos. Talvez o jardim como antídoto moderno à praça medieval. O jardim como a antítese da praça.

O autor se refere ao surgimento da praça-jardim, cenário aprazível destinado ao descanso e à contemplação da natureza, em oposição à árida praça seca medieval. Para Robba e Macedo (2002), Praça é um espaço livre público urbano destinado ao lazer e ao convívio da população, acessível aos cidadãos e livres de veículos, mas acrescenta que no Brasil ao lado da praça a rua é um dos mais importantes espaços públicos urbanos, pois desempenha papel fundamental no contexto das relações sociais. Por sua vez, Ana Rita Carneiro *et al* (2006) contribui para esse debate ao diferenciar praça e jardim:

> A realização do inventário [dos jardins de Burle Marx] abre uma nova fase no paisagismo na cidade do Recife porque passa a tratar a praça como jardim, um objeto de valor histórico, artístico e ecológico.

Essa discussão indica a importância dos jardins no meio urbano, não apenas como amenização climática, mas enquanto patrimônio cultural, entendimento que norteia a definição de Jardins Históricos:

> Podemos considerar como jardins históricos os jardins pertencentes ao passado, podendo este passado ser recente. Os jardins históricos são monumentos vivos que estão intactos ou devem ser restaurados. Mesmo quando intactos, sofreram uma evolução, pois os vegetais vivos se transformam, modificando o aspecto do jardim, com o passar do tempo, de tal modo que raramente se parecem com aquilo que eram originalmente (ICOMOS – Jardins et Sites Historiques apud IPHAN, 1981).

Para o IPHAN (1999), os jardins, sejam históricos ou botânicos, representam o patrimônio natural urbano, de interesse histórico, social, literário, artístico, religioso, legendário, simbólico e afetivo, entre outros. No entanto, a preservação desse patrimônio é extremamente delicada, uma vez que envolve diversas questões subjetivas. Se esse patrimônio é carregado de significados, por outro lado, exige manutenção de difícil manejo, pois sendo compostos primordialmente por elementos vegetais vivos, os jardins são configurações morfológicas frágeis e efêmeras, além de mutáveis e sazonais, com idades variáveis ao longo do tempo.

No Brasil, de uma forma geral, a paisagem se constitui Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde os anos 1930, segundo o Decreto-Lei nº. 25/1937. Assim, a noção de monumento deixou de ser restrita aos construtos humanos, para incorporar a paisagem. No entanto, a questão dos monumentos, sítios e paisagens naturais ainda não havia sido efetivamente tratada até o início da década de 1980. Segundo o IPHAN (1999), surgiu então a preocupação com o descaso existente com as paisagens e jardins de valor histórico e com outras questões da preservação cultural de bens naturais, que exigem considerações muito específicas, precisas e complexas, até então só adotadas para os monumentos edificados.

Assim, os jardins históricos passaram a ser tratados com critérios análogos àqueles adotados para a preservação dos outros bens que constituem o patrimônio cultural, abrindo nova vertente de atuação para a botânica e o paisagismo. Ainda não se trabalhara, até então, a idéia de que a vegetação cultivada devia ser vista como parte integrante e relevante de um conjunto. A vegetação passou a ser considerada não mais apenas como um adereço das edificações históricas, mas como um elemento indissociável do bem edificado:

> Palmeiras imperiais, frondosas mangueiras e toda sorte de pequenas plantas que compunham e completavam de forma harmônica os bens arquitetônicos, passaram a ser objeto de atenção e cuidados. Os jardins e entornos agenciados com elementos naturais, por acompanharem na sua evolução os costumes e os estilos de cada época, são testemunhos culturais tão legítimos quanto as construções que neles existem (IPHAN, 1999).

A inexistência de normas que pautassem a gestão dos jardins históricos levou o Comitê Internacional de Jardins Históricos e o ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites*, partindo dos princípios da Carta de Veneza, a definir regras específicas para os jardins históricos. Assim, em 1981 surgiu a Carta de Florença, que trata da proteção dos jardins históricos e define no seu artigo 1°:

> Um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que apresenta interesse público dos pontos-de-vista histórico e artístico. Neste sentido deve ser entendido como "monumento" (ICOMOS, 1981).

Tratar o Jardim como monumento significa proteger o legado cultural para as gerações futuras; é preservar a paisagem cultural, elaborada em busca da salubridade urbana e da harmonia com a natureza – ideal preconizado pelos jardins, em especial.

2. A GÊNESE DO JARDIM BRASILEIRO

Os antecedentes do jardim brasileiro são apontados por Macedo (1999) no contexto dos conflitos urbanos decorrentes da Revolução Industrial, quando o estado caótico das principais cidades européias desencadeou um processo de transformação sem precedentes, para atender às novas formas de viver da burguesia ascendente e como resposta às pressões sociais por melhores condições de subsistência. A busca da salubridade urbana propiciou o desenvolvimento das teorias higienistas e urbanísticas, que orquestraram intervenções emblemáticas como o Plano Haussmann de Paris (1853/1869) e o Ring Strasse de Viena (1860). Anteriormente, a coroa inglesa já adotara como solução a abertura dos Jardins Reais, que se tornaram os primeiros parques públicos urbanos. A idéia migrou para os Estados Unidos fazendo surgir o Movimento Americano de Parques, adequado aos ideais democráticos da sociedade americana. Em 1858, foi construído o mais famoso parque urbano do mundo ocidental, o Central Park de Nova York[ii], que se transformou num ícone de urbanidade, personificando a relação ideal entre os cidadãos, a cidade e o seu pulmão verde.

Segundo Macedo (1999), os jardins brasileiros surgem utilitários no período colonial, quando repousavam nos pátios das casas senhoriais e nos claustros dos conventos. Autênticos representantes da formação horta e pomar medieval, cultivavam ervas medicinais e flores para adornar os altares. Grassava então uma idéia de anti-natureza, que associava ao meio natural toda a sorte de moléstias, o perigo dos animais ferozes e peçonhentos ou o ataque de aventureiros e índios revoltos. Não havia condições propícias para o desfrute da natureza, embora a floresta tropical abraçasse aquelas cidades em formação.

No período da dominação holandesa (1630/1654), o Recife foi o primeiro núcleo urbano a dispor de arborização, quando Mauricio de Nassau e Pieter Post constroem a cidade Maurícia (Mauritzstad) e os jardins do Palácio de Friburgo, que tinham também uma função utilitária. No entanto, para

Macedo (1999), o primeiro espaço brasileiro tratado para o lazer, foi o Passeio Público do Rio de Janeiro, um projeto de estilo Eclético Clássicoiii do Mestre Valentim, construído em 1783. A forma de vivenciar o espaço público diferia nos trópicos e não cabia na província o hábito de *la promenade* que os franceses cultivavam em seus *boulevards*, resultando no abandono e decadência desse parque urbano. Os hábitos só mudaram com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, quando as cidades começaram a ser arborizadas e ajardinadas. O Brasil recebe então cientistas e artistas europeus, como Auguste François Glaziou, paisagista responsável pela introdução do estilo Eclético Românticoiv e pela realização de diversos projetos, entre os quais a reforma do Passeio Público (1862) e a construção do Campo de Santana (1875), na cidade do Rio de Janeiro.

A transformação da Cidade Colonial em Republicana criou uma demanda por espaços destinados à elite emergente. Assim, surgiu a Praça Ajardinada com as funções de contemplação da natureza e descanso. A paisagem urbana foi modificada como aspecto imprescindível de modernização do país. Políticas sanitaristas foram incorporadas e os pobres expulsos das áreas centrais, pois a cidade ideal deveria ser bela, higiênica e pitoresca. Em oposição à diversidade de usos do Terreiro Colonialv, a Praça-Jardim deixou de ser o palco da vida mundana, religiosa, civil e militar. A praça passou a ser um belo cenário ajardinado para o desfile das elites, com normas de conduta e comportamento rígidos (ROBBA, MACEDO, 2002). Ao longo do século XX, o modelo da Praça-Jardim tornou-se padrão de qualidade urbana, de forma que o termo praça passou a ser associado a espaços ajardinados. De acordo com os novos Ideais de urbanidade, Rio de Janeiro e São Paulo destroem a estrutura colonial e são reconstruídas de acordo com o modelo europeu, num movimento que se irradiou de norte a sul do país.

Para Macedo (1999), o alto custo do solo urbano favoreceu a redução dos jardins residenciais e, hoje, o lote verticalizado tornou-se um dos objetos mais freqüentes de trabalho para o arquiteto-paisagista. Atualmente, a fluidez entre interior e exterior não é mais desejada e, assim, predominam na paisagem os cercamentos e os equipamentos de segurança. O mascaramento de muros e gradis com trepadeiras e arbustos, de modo cênico, faz às vezes de jardim. Por sua vez, o paisagismo urbano é influenciado por princípios ecológicos e muitas vezes as praças contemporâneas se originam da degradação progressiva do ecossistema urbano e da qualidade de vida nas cidades (ROBBA, MACEDO, 2002). A revitalização de bairros antigos é alternativa para solucionar problemas de degradação de tecidos e nesse contexto são comumente inseridos os jardins urbanos. Porém, nas "restaurações" às vezes se perdem as características morfológicas, fundamentais para garantir aos Jardins seu caráter histórico. Esta é precisamente a situação em que se encontra a maioria dos jardins localizados no Centro Histórico de Natal.

2.1. O JARDIM NATALENSE

O pouco cuidado com a cobertura vegetal é fato corriqueiro na cidade, sendo notório o pouco interesse popular, seja pelos efeitos terapêuticos da arte da jardinagem ou como forma de amenizar os rigores do clima local. Já na primeira década do século XX, o emérito professor Henrique Castriciano, escritor e político potiguar, recomenda a construção de jardins: "Ele não se conformava com o fato de que as elites de Natal resistissem ao costume, tão comum àqueles que a retórica evolucionista da época chamava de 'povos adiantados', de gozar dos benefícios dos jardins" (ARRAIS, 2005). Em 1929, outro escritor, o ilustre potiguar Luis da Câmara Cascudo, escreveu sobre o tema na crônica "A Taça Florida":

> Natal é uma cidade sem flores. Falta dagua. Terra de taboleiro muito mais para mangaba que para flor. Briza quente do mar. Sopro do rio salgado. Lagoas no meio da cidade que infiltram salôbridades [...] Prefeito Omar O'Grady! Governador de Natal, vamos crear com a graça de Deus e de todo passado romântico de nossa terra, uma taça-premio. Uma taça-incitamento e louvor. A Taça-Florida. Ella, annualmente, premiará o jardim particular que melhor aspecto, que mais agradável conjunto de flores nossas ou aqui aclimatadas e conhecidas, apresente (Cascudo *apud* ARRAIS, 2005).

No início do século XX Natal sofreu diversas intervenções urbanas com a intenção de modernizar a cidade. O ideário de salubridade urbana levou à realização de Planos Urbanísticos, sendo os mais abrangentes aqueles elaborados por Giacomo Palumbo, em 1929, e por Saturnino de Brito Filho, em 1935. Em ambas as propostas estão explícitas a preocupação com a preservação das qualidades da paisagem natalense e a valorização de seus atributos singulares. Assim, foram propostos sistemas de espaços livres públicos, com praças e parques integrados a partir de um sistema viário capaz de garantir não só a fruição do tráfego, mas o escoamento dos ventos e o desfrute dos cenários naturais proporcionados pela profusão de morros, praias e lagoas que compõem o suporte físico local.

Nesse contexto, se situa a "época de ouro" dos nossos espaços públicos, no que se refere àqueles que reúnem atributos suficientes para almejar o reconhecimento enquanto Jardins Históricos da cidade de Natal. O ideal de cidade, em voga naquele momento, permeia esses planos urbanísticos na medida em que é proposta, além do "aformoseamento" urbano, a transformação de Natal em cidade-jardim, com a valorização da arborização urbana como elemento estético na composição das avenidas arborizadas e nas praças e parques.

> Em Natal, a possibilidade de consecução de uma cidade-jardim estava portanto na delimitação de grandes parques, na construção de um sistema de jardins públicos, na implantação de uma arborização, de amplos gramados e de sombras aprazíveis que possibilitassem a vida urbana numa "cidade tropical". (Palumbo *apud* DANTAS, 2006).

Ao contrário do Plano Palumbo, a proposta de Saturnino de Brito Filho foi quase totalmente executada. Infelizmente, o bairro-jardim não foi executado, ficando a área disponível à beira-mar

obsoleta e posteriormente ocupada de forma aleatória. O parque proposto teve sua superfície drasticamente reduzida por diversos loteamentos e invasões, num processo marcado por uma série de atos desastrosos do poder público, incapaz de conter o mercado de terras numa área de alto valor imobiliário.

Agora estudadas sob a ótica da Historia do Paisagismo, as propostas contidas naqueles Planos Urbanísticos revelam intenções projetuais e definições conceituais que se revestem de importância; uma vez que permitem compreender o ímpeto inovador que pautaram as ações dos governantes, no intuito de transformar a realidade local, tendo na paisagem uma das preocupações centrais. Essa questão guarda uma relação estreita com os princípios ecológicos que influenciam a arquitetura paisagística contemporânea, que preconiza Valores Ambientais, Funcionais, Estéticos e Simbólicos (ROBBA, MACEDO, 2002). Numa primeira vista, tais valores foram preconizados pelas propostas urbanísticas desenvolvidas para Natal, não só naquelas realizadas na primeira metade do século passado, como em outras, posteriores e contemporâneas.

Após a segunda guerra mundial, quando Natal sediou uma base militar das forças aliadas, se deu início a um processo de expansão urbana sem precedentes, culminando na consecução de um projeto perverso de construção de uma cidade para o turismo. Como aspecto positivo é possível apontar que esse encadeamento de fatos possibilitou o desenvolvimento de práticas inovadoras de planejamento e gestão, sempre contando com a consultoria de profissionais ilustres[vi] e tendo a preservação da paisagem como mediadora de conflitos, no uso e ocupação do solo urbano.

2.1.1. A Praça Augusto Severo

Na atual fase da pesquisa, foi concluído o estudo da Praça Augusto Severo, reconstituindo suas diversas composições morfológicas ao longo do tempo, através da transformação dos registros gráficos em realidade virtual com o auxilio da computação gráfica, utilizada como importante ferramenta da reconstituição histórico-espacial. Seguindo a mesma metodologia, se encontra em fase de elaboração o estudo inconcluso de um segundo jardim, a Praça André de Albuquerque, sítio histórico de fundação da cidade de Natal.

Figura 2: Reconstituição da Praça Augusto Severo no início do século XX

Fonte: Elaboração Própria

Concluída em 1905, a Praça nasceu das medidas saneadoras empreendidas na cidade, no início do século XX (OLIVEIRA, 1999). Foi batizada em homenagem ao norte-rio-grandense pioneiro da Aviação, morto em Paris em 1902 devido à explosão do dirigível PAX: "Os conterrâneos de Augusto Severo iniciaram, no mesmo mês, uma campanha popular visando arrecadar recursos para a confecção de uma estátua em homenagem ao ilustre filho da terra" (NESI, 1997). O patrono da praça também denomina o Aeroporto de Natal e sua importância pode ser atestada pelo seguinte relato:

> O Zeppelin foi inspirado também no Pax. Daí a marcante homenagem que o dirigível Hindenburg, considerado uma maravilha do engenho humano, prestou ao pioneiro e mártir natalense. Pouco depois da tragédia em Paris, o Zeppelin flutuou de faróis acesos diante da fortaleza dos Reis Magos e lançou de pára-quedas a mala postal. Em seguida, a população encantada viu o charuto prateado de 246 metros, que transportava 50 passageiros, fora a tripulação, dirigir-se para a Ribeira. Lá, sobre a estátua de Augusto Severo, lançou uma cora de flores e seguiu viagem para o Rio de Janeiro (LIMA, 1999).

Um fato histórico de tal magnitude é suficiente para almejar a inclusão da Praça no rol dos jardins históricos brasileiros; uma vez que se constitui num sítio histórico, definido na Carta de Florença como uma paisagem evocativa de um fato memorável: local de um grande acontecimento histórico (ICOMOS, 1981). Esse seria o primeiro passo para que o jardim fosse tratado como um monumento e assim restaurado de acordo com sua feição original, incluindo a vegetação. De acordo com Jeanne Nesi (1997), a realização do ajardinamento da Praça Augusto Severo causou tamanha satisfação na população natalense, que todos colaboraram com a arborização do local: "O negociante Silvestre

Alves Pereira ofereceu duas belíssimas palmeiras oriundas do Pará; o Capitão Manuel Joaquim do Amorim Garcia, três oitizeiros; o Coronel Avelino Freire ofereceu duas palmeiras imperiais".

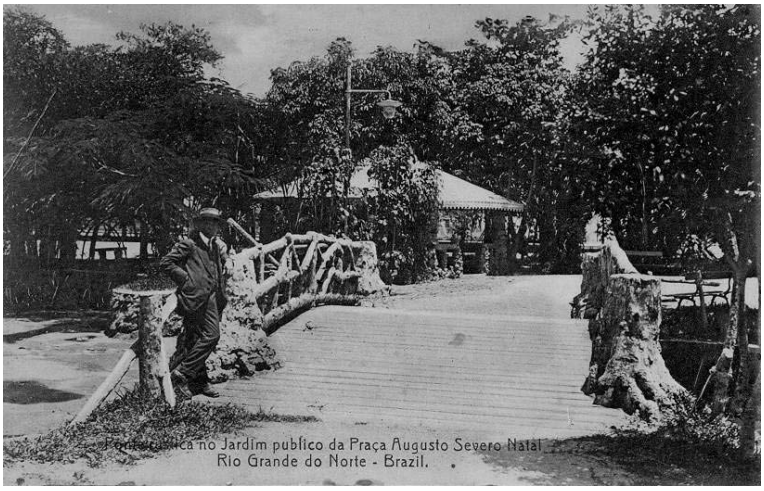

Figura 3: Vista pitoresca da Praça Augusto Severo com ponte e pavilhão

Fonte: Cartão-Postal, s.d.

Como foi dito, diante das dificuldades encontradas para o estudo dos jardins históricos em Natal, resta-nos o auxilio da literatura. Em 1974, Câmara Cascudo registrou com saudosismo o processo de degradação daquele espaço: "O inesquecível parque [...] hoje desfigurado, antes coberto de árvores esplêndidas, com repuxos, bancos, cabana rústica, pontes e um sapo de cimento que fazia meus assombros de menino" (CASCUDO *apud* LIMA, 2006). O autor faz ainda referência à divisão da Praça, enquanto materialização do Plano Palumbo, atentando para a beleza e magnificência da avenida que a atravessaria (ARRAIS, 2005). A proposta de Palumbo só foi executada em 1938, quando a idéia de dividir a Praça para dar passagem aos automóveis foi finalmente posta em prática.

Figura 4: Imagem da Praça após divisão e construção do Terminal Rodoviário, nos anos 1960

Fonte: Elaboração Própria

Em Natal, os ônibus que vinham do interior faziam seus pontos de parada em diversos locais da cidade, causando uma série de conflitos que demandaram a construção de uma Estação Rodoviária.

Segundo Itamar de Souza (2008), o então prefeito Djalma Maranhão abriu um debate na imprensa sobre o local onde deveria ser construída a rodoviária. Prevaleceu a idéia de construir na Ribeira e o local escolhido foi uma das metades da Praça, ocupando o que ainda restava daquele espaço livre público. O restante do espaço foi reformulado de acordo com a estética modernista, inserindo bancos-serpentina, lago e fonte luminosa. A estátua de Augusto Severo foi mantida, embora o paisagismo modernista tenha como característica o abandono de qualquer referência ao passado imediato.

Em 1985 se deu a primeira intervenção intitulada "restauração". Após essa intervenção, a Praça permaneceu com a mesma configuração espacial até 2007, quando foi executada mais uma intervenção no local, visando resgatar a superfície da praça original e desviando o fluxo de automóveis para o seu perímetro. O projeto juntou as metades da praça – retrocedendo, em parte, à configuração morfológica anterior a 1938, quando foi desmembrada em duas partes – inclusive mantendo o mesmo desenho do piso e canteiros executados na "restauração" de 1985. A área da praça recuperada ao trânsito compõe agora uma grande esplanada, para a qual foi proposta apenas tratamento do piso e nova iluminação. Para este espaço não foi proposta qualquer vegetação, o que resulta numa Praça Seca, alheia aos rigores do clima local.

Figura 5: Imagem Virtual da Praça após a última intervenção, executada em 2007

Fonte: Elaboração Própria

Além da estátua de Augusto Severo, pouco restou desse jardim de encantos registrado com tamanha ênfase na historiografia natalense. No local, encontram-se somente algumas luminárias e uma das antigas pontes, recentemente "restaurada". Perderam-se os demais equipamentos urbanos e o mobiliário, mesmo aquelas peças fabricadas nas oficinas da Fundição Val d'Osme ou Val d'Oise – vale localizado nas proximidades de Paris (OLIVEIRA, 1999). Uma das fontes citadas na historiografia da Praça encontra-se hoje no jardim do Palácio Potengi, antiga sede do governo e atual Pinacoteca do

Estado. Quanto à vegetação citada, abundante segundo alguns registros fotográficos, parece ter sido completamente dizimada e substituída ao longo do tempo.

Figura 6: Aspecto atual da Praça e estátua de Augusto Severo

Fonte: Arquivo do Autor

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que a publicação das conclusões desta pesquisa contribua para que os jardins públicos de Natal, como a Praça Augusto Severo e outros que venham a ser confirmados como Jardins Históricos, reconquistem seu lugar na memória urbana. Espera-se também que este estudo contribua para sensibilizar o Poder Público, incluindo o setor turístico, e a população em geral para a necessidade de reconhecer esses jardins como patrimônio cultural da cidade. Iniciativas voltadas para o ensino, utilizando a reconstituição virtual do passado como ferramenta de aprendizagem, por exemplo, podem alcançar o objetivo de desenvolver a consciência histórica e cultural nas novas gerações, procurando garantir que no futuro os espaços em estudo possam permanecer vivos na memória coletiva. Assim contribuindo para minimizar a negligência com o reconhecimento do caráter histórico desses locais, que passariam a ser naturalmente absorvidos no cotidiano da cidade.

A crítica contida neste trabalho considera a distância para que se venha estabelecer a intenção de preservação destes espaços; por enquanto apenas uma pretensão. No caso da Praça Augusto Severo, chamamos a atenção para o desvirtuamento da proposta original do arquiteto mineiro Herculano Ramos, claramente expresso na última intervenção realizada. O que se constata hoje no local, além da transformação espacial, é, principalmente, a ausência de identidade, o desrespeito ao caráter simbólico, o sepultamento da memória urbana e a total afronta ao Patrono da Praça, pois além de usos inadequados a referida intervenção propõe denominações diversas e adversas para aquele espaço. Evidenciando a máxima adota na cidade de que “o novo sempre é melhor que o antigo”,

aquele local também tem sido identificado pela atual administração municipal, e divulgado na imprensa, com novos nomes tais como: Largo do Teatro e Largo Dom Bosco, numa clara tentativa de apagar o passado.

Com relação ao uso do antigo Terminal Rodoviário, que atualmente abriga o Museu de Cultura Popular, sugere-se um melhor aproveitamento do espaço do pavimento térreo – no momento ocupado por diversos equipamentos comerciais – com a definição de um pilotis integrado ao piso da Praça, possibilitando a continuidade visual do conjunto arquitetônico e urbanístico delimitado pelo seu entorno. Tal intervenção contribuiria para melhor uso daquele espaço, uma vez que atualmente têm sido propostas para a Praça Augusto Severo diversas manifestações culturais, que têm o mérito de atrair a população, porém sem a efetiva preocupação com a manutenção do jardim e o devido respeito pelo valor simbólico daquele lugar. Finalmente, espera-se que esta pesquisa em andamento atinja seus objetivos e contribua para a defesa do patrimônio histórico, evitando-se que as novas gerações sejam privadas do conhecimento de sua herança cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, Raimundo (Org.). **Crônicas de Origem**: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20. Natal, RN: EDUFRN, 2005.

CARNEIRO, Ana Rita Sá, MEDEIROS, Helen M. Palmeira, COSTA, Eveline Carvalho. O inventário dos Jardins de Burle Marx no Recife. In: **Caderno de Resumos do 8º ENEPEA** – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escola de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Realizado no período de 06 a 10 de setembro de 2006. São Paulo/SP.

CARNEIRO, Ana Rita Sá, MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife; Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

DANTAS, George et al. A Difusão do Termo "Cidade Jardim": algumas questões sobre o processo de transferência de modelos urbanísticos no Brasil. In: FERREIRA, Angela Lucia, DANTAS, George (orgs). **Surge et Ambula**: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940). Natal: EDUFRN, 2006.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Desenho Ambiental**: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1997.

ICOMOS – International Council on Munuments and Sities. **Carta de Florença**: Carta dos Jardins Históricos. Florença, 1981. Disponível em: http://www.revistamuseu.com.br. Acesso em: 30/11/2011, 10h00min.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Manual de Intervenção em Jardins Históricos**. 1999. Disponível em: http://www.cultura.gov.br. Acesso em: 30/11/2011, 10h30min.

LEENHARDT, Jacques (org.). **Nos Jardins de Burle Marx**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

LIMA, Diógenes da Cunha. **Natal**: biografia de uma cidade. Rio de Janeiro: Lidador, 1999.

LIMA, Pedro de**. Luís da Câmara Cascudo e a questão urbana em Natal**. Natal: EDUFRN, 2006.

MACEDO, Silvio S. **Quadro do Paisagismo no Brasil**. São Paulo: FAUUSP, Projeto Editores, 1999.

NESI, Jeanne Fonseca Leite. **Caminhos de Natal**. Natal (RN): Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1997.

NOBRE, Paulo José Lisboa. **Entre o Cartão-Postal e a Cidade Real**: um estudo sobre paisagem e produção imobiliária em Natal. Dissertação de Mestrado. Natal: UFRN, 2001.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. **De Cidade A Cidade**. Natal, RN: EDUFRN, 1999.

ROBBA, Fabio, MACEDO, Silvio S. **Praças Brasileiras**. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SOUZA, Itamar de. **Nova História de Natal**. 2ed.rev.atual. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2008.

NOTAS

[i] O espaço urbano é um complexo de espaços livres e edificados. Os espaços livres podem ser de caráter público, privado ou público/privado (CARNEIRO, MESQUITA, 2000).

[ii] Olmsted e Vaux, autores do projeto paisagístico, fundaram em 1899 a Sociedade Americana de Arquitetos-Paisagistas (MACEDO, 1999).

[iii] São identificadas três grandes linhas projetuais na arquitetura paisagística brasileira: Eclética, Moderna e Contemporânea (MACEDO, 1999).

[iv] Recria a imagem do parque e do jardim anglo-francês, da segunda metade do século XIX, com clara inspiração nos cânones ingleses (MACEDO, 1999).

[v] No Brasil, os espaços secos da Europa são chamados de largos, pátios, terreiros, adro ou rossio da freguesia, do arraial, da vila colonial (ROBBA, MACEDO, 2002).

[vi] Historicamente, o debate local em torno das questões urbanas foi fomentado pela atuação de profissionais como Herculano Ramos, de 1904 a 1908; Henrique Novaes, em 1924; Giacomo Palumbo, em 1929; Saturnino de Brito Filho, em 1935 e 1969; Jorge Wilheim, em 1967; Luiz Forte Netto, em 1978; Roberto Burle Marx, em 1979; Jaime Lerner, em 1988 e Rachel Rolnik, em 1994 (NOBRE, 2001).